

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº03 Junho 2016



Agenda 2030 na UNEA-2

Desafios pela frente



Acordo de Paris

Chamado à ratificação



Comércio Ilegal de Animais Silvestres

Esforço global pela prevenção e erradicação



Relatórios do PNUMA no UNEA-2

Informe sobre três dos relatórios divulgados



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Entre os dias 23 e 27 de maio de 2016 aconteceu em Nairóbi, no Quênia, a segunda sessão da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA-2, sigla em inglês) sob a organização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O encontro, que reuniu 120 ministros do meio ambiente e contou com a participação de 174 países, teve como principal objetivo fomentar o debate sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. O encontro resultou em [25 resoluções](#) sobre os mais variados temas.

Durante o evento, representantes dos países BRICS participaram de uma reunião informal, com o intuito de discutir meios de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹. Na ocasião, foram apresentados, ainda, relatórios do PNUMA sobre temas como saúde e meio ambiente, a nova estratégia de desenvolvimento sustentável chinesa e sobre os impactos das mudanças climáticas nos preços dos alimentos.



Agenda 2030 na UNEA-2

Desafios pela frente

A Agenda 2030 figurou como tema central da Assembleia, que buscou contribuir com o *High-level Political Forum (HLPF)* das Nações Unidas, uma plataforma que apoia no seguimento e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A [resolução 5](#) aprovada na Assembleia versa sobre a Agenda 2030 e reafirma o comprometimento do PNUMA com sua implementação integral, por meio do estabelecimento de uma agenda global ambiental, do oferecimento de orientações políticas e da definição de *policy responses* direcionados aos desafios ambientais emergentes. A agência também é responsável pela transmissão de informações para o HLPF visando apoiar o *follow up* e a revisão da Agenda 2030.

¹ UNEP-TONGJI INSTITUTE OF ENVIRONMENT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *Minister Chen Jining Met with UNEA 2 Tongji Delegation* (30/06/2016). <http://goo.gl/xezpsy>

A resolução encoraja, ainda, o PNUMA e sua Direção Executiva a fomentar parcerias com órgãos relevantes da ONU e, se apropriado, engajar-se com mecanismos de coordenação regionais, promover integração da dimensão ambiental nos quadros de assistência ao desenvolvimento e fortalecer o *capacity building* institucional e humano nos âmbitos nacional, regional e internacional. Em relação às parcerias multissetoriais, a resolução estimula a criação de novas parcerias e o fortalecimento das iniciativas já existentes com o setor privado, com a sociedade civil e com outros atores relevantes. A resolução também estimula consultas às instituições financeiras internacionais, ressaltando a interseção entre financiamento e meio ambiente para a implementação da Agenda 2030.



Acordo de Paris

Chamado à ratificação

O Acordo de Paris figurou como outro tema amplamente debatido durante a Assembleia e presente em meio às resoluções finais. Adotado durante a 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015, o acordo foi assinado por 178 países e até final de junho de 2016 tinha sido ratificado por apenas 19 partes².

Na [resolução 6](#), a UNEA-2 incita todos os Estados-membros a assinar e ratificar o Acordo de Paris e solicita o apoio do Diretor Executivo PNUMA, em colaboração com outras organizações e *stakeholders*, a trabalhar junto às partes, em especial os países em desenvolvimento, no fortalecimento das capacidades nacionais, por meio do acesso à tecnologia e ao financiamento. A resolução também aponta a necessidade do PNUMA dar suporte ao Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e contribuir nas avaliações globais relacionadas às mudanças climáticas.

² Até o momento 19 partes ratificaram formalmente o Acordo de Paris, são elas: Barbados, Belize, Fiji, Granada, Guiana, Ilhas Maldivas, Ilhas Marshall, Maurício, Nauru, Noruega, Palau, São Cristovão e Neves, Santa Lucia, São Vicente e Granadinas, Samoa, Somália, Tuvalu e Estado da Palestina. A França ratificou no dia 15 de junho e conclamou os outros países da União Europeia a fazer o mesmo, para poderem depositar a ratificação na Convenção do Clima.

Comércio Ilegal de Animais Silvestres Esforço global pela prevenção e erradicação

O combate ao comércio ilegal de animais silvestres também recebeu destaque durante os debates. Tema da recém-lançada campanha das Nações Unidas **Wild for Life** que busca gerar conscientização e mobilização para dar fim ao comércio ilegal de animais, o assunto já havia sido explorado durante a primeira Assembleia da UNEA, em 2014, quando o PNUMA lançou o Relatório intitulado *The Environmental Crime Crisis: Threats to Sustainable Development from illegal Exploitation and Trade in Wildlife and Forest Resources* ³.

Ainda relacionado a este tema, a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Ilegal de Espécies em Extinção, denominada CITES, está prevista para ocorrer em setembro deste ano, na África do Sul. O Estado sul-africano vem sendo seriamente afetado pelo comércio ilegal de animais silvestres e tem demonstrado profunda preocupação em relação ao tema. Em discurso proferido durante a UNEA-2, a Ministra de Meio Ambiente da África do Sul, Edna Molewa, ressaltou que os países somente irão solucionar tal problemática por meio da colaboração, do fortalecimento das capacidades de *enforcement* e da elaboração de leis e sistemas de punição mais rígidos. Por fim, a ministra destacou a conexão entre a temática e os ODS, ao afirmar que a África do Sul irá assegurar que a CITES esteja em conformidade com o 12º e o 15º objetivo de desenvolvimento sustentável, que se referem a assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis e proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas, respectivamente.

O comércio ilegal de animais silvestres foi tema da [resolução 14](#) da UNEA-2, em que se reconheceu a importância de sua conservação e do desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis e alternativos nas comunidades afetadas, de forma a garantir a implantação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

³ De acordo com o relatório, o comércio ilegal de animais silvestres e os crimes ambientais, atividades que envolvem uma ampla variedade de flora e de fauna, movimenta de 70 a 213 bilhões de dólares anualmente.

Esta resolução foi consubstanciada a partir de compromissos já firmados na UNEA-1 e na resolução 69/134 da Assembleia Geral da ONU e visa promover a cooperação em nível bilateral, regional e internacional com vistas a combater, prevenir e erradicar o comércio, tráfico e produtos de animais silvestres. O documento ressalta, ainda, a necessidade de se envidar esforços para desenvolver estratégias de implementação e planos de ação, para promover o fortalecimento do sistema de governança e garantir o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, que se constituem como crimes relacionados a esta prática ilegal.

Relatórios do PNUMA no UNEA-2

Informe sobre três dos relatórios divulgados

Entre os relatórios lançados durante o evento, destaca-se o **ERISC PHASE II: How food prices link environmental constraints to sovereign credit risk**, que é parte do projeto *Environmental Risk Integration in Sovereign Credit* (ERISC) elaborado pela *UNEP Finance Initiative* e o *Global Footprint Network*.

Tal [publicação](#) busca analisar os impactos macroeconômicos dos riscos ambientais na produção alimentar e nos preços dos alimentos, mostrando-se extremamente relevante no que diz respeito aos países do BRICS. O relatório destacou que, caso os preços globais de alimentos dupliquem, China e Índia serão os países mais prejudicados, com prejuízos de 161 bilhões de dólares e 49 bilhões de dólares, respectivamente, no Produto Interno Bruto (PIB) dessas economias. Entre os países que se beneficiariam da elevação dos preços das *commodities* alimentares estariam o Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, tendo em vista o efeito positivo da elevação dos custos dos alimentos em seus saldos da balança de pagamentos.

O PNUMA vem coletando e analisando informações acerca de diferentes modelos e de ferramentas qualificadas como de desenvolvimento sustentável, como o Índice de Felicidade Interna Bruta do Butão, a economia circular da

Alemanha e da União Europeia (UE) e a Economia Verde da África do Sul. O novo relatório lançado pelo Programa durante o UNEA-2 foi intitulado ***Green is Gold: The Strategy and Actions of China's Ecological Civilization***. O [relatório](#) aborda o modelo “5 em 1” da China, que integra aos pilares econômico, social, ecológico, às dimensões política e cultural. O relatório analisa o décimo terceiro plano quinquenal do governo chinês e destaca a perspectiva chinesa de redução de 23% do consumo da água, de 15% do consumo de energia e de 18% da emissão de CO2 por unidade do PIB até 2020. O estudo aponta que caso o país cumpra as metas estabelecidas do seu plano de “eco civilização”, o governo espera que quase um quarto do território chinês esteja com cobertura florestal até 2020. Outros relatórios⁴ indicam que esta cobertura seria proveniente da plantação de eucalipto e pinus, entre outras espécies, e não de floresta nativa.

O ***Healthy Environment, Healthy People*** constitui-se como outro [relatório](#) do PNUMA lançado na ocasião e aborda a relação entre saúde ambiental e saúde pública, sob a perspectiva da Agenda 2030. Tal tema foi frequentemente abordado durante a Assembleia, quando se ressaltou a importância de iniciativas que envolvam o setor público, as organizações não governamentais e também o setor privado. Durante o *Ministerial Policy-Review Session*, os ministros presentes buscaram identificar parcerias e políticas concretas direcionadas a setores críticos como qualidade do ar, produtos químicos e gerenciamento de resíduos, de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar da relevância do tema e do rascunho do relatório ter sido aprovado durante a Reunião de Alto Nível, as partes não conseguiram alcançar um consenso quanto ao documento final. No entanto, outras resoluções sobre saúde humana e gerenciamento de produtos químicos e de resíduos foram aprovadas. Entre essas destaca-se a [resolução nº 7](#) sobre o impacto do despejo de baterias de chumbo-ácido, principalmente em países em desenvolvimento,

⁴ QUARTZ. *China is building a Great Wall of Trees to fight climate change and the encroaching Gobi Desert*. (30/06/2016). <http://goo.gl/w3gjlN>
YALE ENVIRONMENT 360. *China's Reforestation Programs: Big Success or Just an Illusion?* (30/06/2016). <http://goo.gl/Ru7CE>

através das atividades do setor informal. De acordo com o relatório *Healthy Environment, Healthy People*, estima-se que 23% das mortes no mundo sejam resultantes de efeitos nocivos do meio ambiente na saúde humana e que o chumbo tenha vitimado 654 mil pessoas, apenas em 2010.

A resolução dedicada a esta temática convida, assim, todos os *stakeholders* a se engajarem no gerenciamento de lixo junto ao PNUMA, com vistas a garantir a criação de políticas e procedimentos que promovam a prevenção, a reciclagem e a recuperação do meio ambiente, visando co-benefícios para o clima, os oceanos e a saúde.

Fontes

DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS. Republic of South Africa. *Minister Edna Molewa's opening statement during the High-Level Segment of the Second Session of the United Nations Environment Assembly of UNEP*. (20/06/2016). <https://goo.gl/Zz8CST>

IISD REPORTING SERVICES. *UNEA-2 discusses implementation of 2030 Agenda, Paris Agreement*. (20/06/2016). <http://goo.gl/3NrUCA>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Assembleia Ambiental da ONU aprova resoluções para impulsionar desenvolvimento sustentável e Acordo do Clima*. (03/07/2016). <https://goo.gl/UQq5bu>

UNEP NEWS CENTER. *China and India's GDP Will Be Hit Hardest by Global Food Price Shock*. (10/07/2016). <http://goo.gl/uEzXju>

UNEP. *List of Resolutions adopted at UNEA-2*. (10/06/2016) <http://goo.gl/Jbwzkn>

UNEP. *Erisc Phase II: How food prices link environment constraints to sovereign credit risk, 2016* (20/06/2016). <http://goo.gl/u4U5gk>

UNEP. *Green is Gold: The Strategy and Actions of China's Ecological Civilization, 2016* (25/06/2016) <http://goo.gl/6mIjgS>

UNEP. *Healthy People, Healthy Environment, 2016*. (10/06/2016). <http://goo.gl/6mIjgS>

UNEP. *The Environmental Crime Crisis – Threats to Sustainable Development from Illegal Exploitation and Trade in Wildlife and Forest Resources, 2014*. . (20/06/2016). <http://goo.gl/jx7842>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/plataformasocioambiental>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Beatriz Mattos e Júlia Rosa

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Consultoria GIP

Alice Amorim

Iniciação Científica

Júlia Rosa

Realização



Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org